

Comissão Externa destinada a acompanhar, no Rio de Janeiro, as investigações referentes aos assassinatos da Vereadora Marielle Franco e do Sr. Anderson Pedro Gomes - CEXVERIO

Coordenador: Jean Wyllys (PSOL/RJ)

PLANO DE TRABALHO

I – Explicações iniciais:

No dia 14 de março de 2018, a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) foi morta a tiros dentro de um carro na Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, na Região Central do Rio. Além da vereadora, o motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e morreu. Uma outra passageira, assessora de Marielle, foi atingida por estilhaços.

Segundo as informações da polícia, os assassinos em um carro emparelharam com o veículo onde estava a vereadora e dispararam. Marielle foi atingida com pelo menos quatro tiros na cabeça. A perícia encontrou treze cápsulas de tiros no local. Os criminosos fugiram sem levar nada. No momento do crime, a vereadora estava no banco de trás do carro, atrás do carona. As primeiras informações sobre o caso indicam que se trata de uma execução.

Marielle Franco era uma histórica ativista dos direitos humanos no Rio de Janeiro. Socióloga formada pela PUC-Rio e mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), teve dissertação de mestrado com o tema “UPP: a redução da favela a três letras” e coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Cerca de duas semanas antes de seu assassinato, ela havia assumido a função de relatora da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio criada para acompanhar a atuação das tropas na intervenção federal na área de segurança do Rio.

Tendo em vista as circunstâncias e as possíveis motivações ainda não esclarecidas de suas mortes, foi criada, no âmbito da Câmara dos Deputados, Comissão Externa destinada a acompanhar, no Rio de Janeiro, as

investigações referentes aos assassinatos da Vereadora Marielle Franco e do Sr. Anderson Pedro Gomes, nos termos do art. 38 do Regimento Interno.

II – Dos objetivos a serem alcançados:

- Acompanhar as investigações referentes aos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do Sr. Anderson Pedro Gomes, solicitando, nos limites legais e respeitando o sigilo do inquérito, informações às autoridades constituídas acerca de suas atuações e desdobramentos do caso;

- Realização e/ou solicitação de diligências e providências necessárias para a proteção física, psíquica e social das testemunhas ou pessoas que, por conta de sua atuação política junto à vereadora, possam estar sob grave ameaça;

- Realização e/ou solicitação de diligências e providências necessárias para o pleno atendimento psicossocial da vítima sobrevivente e familiares dos vitimados;

- Acompanhamento e tomada de medidas em relação às difamações à memória da Vereadora Marielle Franco e do Sr. Anderson Gomes;

- Elaboração de cronograma das atividades e trabalhos a serem desenvolvidos;

- Elaboração do Relatório, contendo as conclusões pertinentes após acompanhadas as investigações, sem prejuízo da apresentação de sugestão de atos administrativos e medidas legislativas consideradas oportunas e convenientes.

III – Das diligências a serem realizadas

Para a consecução desses objetivos, são necessárias as seguintes diligências imediatas:

- Audiência com o Ministro Extraordinário de Segurança Pública, Raul Jungmann, para conhecimento e troca de informações acerca do acompanhamento do caso por parte do Governo Federal;

- Audiência com o Ministro Gustavo do Vale Rocha, Ministro dos Direitos Humanos, para discussão de eventuais medidas e instrumentos de proteção às testemunhas e demais pessoas sob eventual ameaça;
- Audiência com a Sra. Antonia Urrejola, relatora do Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e representantes da Organização das Nações Unidas no Brasil;
- Audiência com a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, para conhecimento e troca de informações acerca do auxílio institucional fornecido pela PGR à elucidação do caso;
- Audiência com o General Walter Souza Braga Netto, Interventor Federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, com o Chefe da Polícia Civil, o Senhor Rivaldo Barbosa, com o Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o Senhor Cel. Luís Cláudio Laviano, com o General Richard Fernandez Nunes, Secretário de Estado de Segurança do Rio de Janeiro e demais autoridades envolvidas diretamente nas investigações, para conhecimento das capacidades institucionais empregadas e demais medidas adotadas para elucidação do caso;
- Solicitar, ao Ministério de Direitos Humanos, bem como aos respectivos órgãos do Estado do Rio de Janeiro, informações sobre o Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas;
- Reunião com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, para conhecimento e troca de informações acerca do acompanhamento da Comissão sobre o caso;
- Reunião com a CNBB;
- Reunião com órgãos como a Defensoria Pública Federal e do Estado do Rio de Janeiro e entidades como OAB, Justiça Global e entidades de direitos

humanos do Rio de Janeiro, para conhecimento e troca de informações acerca de suas atuações a partir do caso;

- Reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados;
- Encontros públicos para ouvir os movimentos sociais que estão acompanhando o caso e que possuíam ligação com a atuação parlamentar da Vereadora Marielle Franco;
- Realização de audiência pública na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro;
- Realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro;
- Realização de audiência pública na Câmara dos Deputados;
- Realização de audiência pública com a bancada feminina da Câmara dos Deputados;
- Registro público das manifestações de solidariedade à memória da vereadora Marielle Franco e do senhor Anderson Gomes;
- Prestação de contas pública acerca das atividades realizadas e respostas recebidas das autoridades envolvidas direta ou indiretamente na elucidação do caso e seus desdobramentos.

Tais providências se darão sem prejuízo de ajustes ou de outras medidas que venham a ser aprovadas pelos membros dessa Comissão e que se mostrem necessárias ao longo dos trabalhos.

Sala da Comissão, em 21 de março de 2018.

Deputado JEAN WYLLYS
Coordenador